

O nó da Previdência

Yone Simidzu
Da equipe do Correio

São Paulo — A lei que trata da regulamentação da previdência complementar e o regime geral da Previdência Social deverá ser promulgada até o fim do ano. A previsão foi feita pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, no encerramento do 20º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão.

De acordo com o ministro, o desafio do governo é construir uma nova Previdência. "É preciso que as novas aposentadorias deixem de gerar prejuízos ao caixa do governo", disse. Segundo Ornélas, o déficit nas contas da previdência dos servidores públicos atingirá 1% do Produto Interno Bruto (PIB), até o fim do ano.

Uma das saídas previstas — o projeto de cobrança de contribuição dos servidores inativos — foi derrotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para superar o déficit (despesas maiores do que as receitas), Ornélas admitiu a possibilidade de se alterar a Constituição. "Se mudar é o caminho para que os beneficiários custeiem a Previdência, então que se mude a Constituição", afirmou.

A previdência pública dos trabalhadores da iniciativa privada também está à beira de um colapso, principalmente por causa do desemprego. Aproximadamente 36 milhões de brasileiros estão fora do sistema da Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desse contingente, estima-se que 20 milhões estejam no mercado informal (sem registro em carteira) e 16 milhões no campo.

Por isso, a carta final do 20º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão conclui que é preciso adequar os planos previdenciários ao novo perfil do mercado de trabalho. De acordo com o economista Luciano Coutinho, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e consultor do Banco Mundial (Bird), a situação dos trabalhadores brasileiros marginalizados da Previdência Social é alarmante.

Segundo ele, mais de 57% da População Economicamente Ativa (PEA) — ou quase 43 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE de 1997 — está fora do sistema de cobertura da Previdência Social. "Os fundos de pensão podem contribuir e muito com o desenvolvimento", disse.

Na avaliação do economista Paulo Rabello de Castro, diretor da RC Consultores, uma das questões mais preocupantes é o desrespeito aos direitos dos contribuintes do INSS. "Eles não são reconhecidos como detentores de um contrato com a Previdência mas apenas como números". Segundo pesquisa feita por sua consultoria, 85% dos entrevistados afirmaram que gostariam de ter uma conta individual de previdência.